

RESENHA

CARTOGRAFIA NO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

CARTOGRAPHY IN THE ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

Maria Dulce de Faria. *Catálogo da Coleção cartográfica e iconográfica manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011.

JOSÉ LUIZ MACEDO DE FARIA SANTOS | Supervisor da Equipe de Documentos Cartográficos do Arquivo Nacional.

A cartografia é tão antiga que não podemos precisar a sua origem, já que o desejo de expressar o conhecimento geográfico sobre o ambiente físico é natural ao ser humano. A descoberta de desenhos do homem pré-histórico onde o ambiente já era retratado indica que a manifestação cartográfica é anterior à escrita, e que a sua construção é a mais remota arte gráfica representativa. Comum a todos os povos primitivos, desenhos apresentando particularidades espaciais foram encontrados em várias partes do mundo. A cartografia pode ter começado quando um indivíduo, em remotas eras, riscou na areia um desenho para que membros de seu grupo soubessem onde estaria uma área de alimentos, para transmitir sua estratégia de caça ou informar qualquer outra questão de interesse para os membros do clã, que envolvesse o conhecimento espacial do entorno.

Para Isa Adonias, a cartografia, numa definição geral, é a ciência, a técnica e a arte de representar graficamente o conhecimento humano da superfície da Terra por meio de mapas, cartas geográficas e plantas. Como ciência, precisa alcançar a exatidão e para isso tem por base a matemática, que vai contribuir no desenvolvimento de operações astronômicas, cálculos topográficos, pesquisa e construção de equipamento para coleta de dados, processos de aerofotogrametria e o sensoriamento remoto com a utilização de satélites. Como técnica, exige o processamento criterioso de dados colhidos em campo ou em documentos

para que sejam depois transformados em desenho. Como arte, o processo cartográfico se vale dos princípios da estética: simplicidade, clareza e harmonia, em busca do produto final que é o mapa.

A cartografia, ao longo de sua história, revela o desenvolvimento da civilização em função das técnicas empregadas na obtenção de dados e confecção dos mapas. Foi avançando nessas técnicas que os deslocamentos por mar e por terra permitiram um aumento progressivo do comércio, nas buscas de mais áreas de produção e troca. Com mais precisão nas cartas geográficas e náuticas, alcançou-se menor custo e maior segurança nas viagens. Quando percebidas as potencialidades desta ciência, ela passa a ser fundamental para o desenvolvimento das nações. Hoje, as ações dos Estados, de aplicação civil ou militar, estão apoiadas em base cartográfica, seja ela geográfica ou temática.

A cartografia está no dia a dia das pessoas, mesmo que isso não seja percebido por elas. O traçado urbano e de vias entre as cidades não está só gravado em mapas de papel ou eletrônicos, como encontramos nos modernos aparelhos GPS (sigla em inglês de Sistema de Posicionamento Global). Quando uma pessoa sai de casa para ir a qualquer lugar de seu conhecimento, planeja seu trajeto mentalmente, porque possui em sua memória as opções de ruas, podendo escolher um roteiro mais conveniente, com base no mapa mental da região que possui. Já perguntaram a um carteiro como ele organiza a correspondência que vai distribuir? Pois é, a cartografia é uma ferramenta importante no planejamento. Sabendo disso, as nações passaram a investir muito no reconhecimento e registro dos territórios.

Na formação do Brasil isso não foi diferente. Portugueses, espanhóis, holandeses, franceses, quando no seu período expansionista, precisaram mapear as terras e litoral para planejar suas estratégias. Para uma melhor consolidação do território sul-americano, os colonizadores produziram uma massa de documentos cartográficos, de arquitetura e iconográficos com viés cartográfico. Esse material, hoje, é encontrado em quantidade em arquivos europeus e foi por muito tempo desconhecido pela maioria dos brasileiros, ficando o acesso restrito àqueles que conquistavam condições de frequentar as instituições que detinham a guarda de tal material.

Com o objetivo de inventariar o que está em arquivos estrangeiros a respeito do Brasil colonial, o Ministério da Cultura desenvolveu o projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Entre os produtos deste projeto, encontramos o catálogo *Coleção cartográfica e iconográfica manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*, elaborado pela professora Maria Dulce de Faria, chefe da Cartografia e bibliotecária da Fundação Biblioteca Nacional, publicado pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins, entidade ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O instrumento de pesquisa nos traz uma seleção de 575 documentos referentes ao Brasil, acumulados na Cartografia do Arquivo Histórico Ultramarino, em 435 títulos. Em 2006, a autora passou quatro meses em Lisboa no trabalho de levantamento de documentos, tão empenhada em seu propósito que por mais de uma vez se viu presa dentro da instituição, pois se esquecia do horário de fechamento, sendo obrigada a andar pelos corredores em busca de um servidor que lhe abrisse as portas de saída. A atividade de processamento téc-

nico com análise dos documentos durou de 2007 até 2011, em um trabalho que contou com a ajuda de pesquisadores brasileiros e portugueses, além de consulta a uma importante bibliografia e sítios eletrônicos especializados.

São documentos do século XVII ao início do século XIX, mas com predominância de trabalhos do século XVIII, que na sua maioria eram anexos a ofícios enviados pelas autoridades da colônia ao Conselho Ultramarino e para a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, organismos da administração central colonial em Lisboa. Serviam para informar, provar e fundamentar os atos de governo.

O catálogo distribui os registros em ordem geográfica, sendo primeiramente apresentados os mapas que retratam grandes extensões do território brasileiro ou aqueles em que não foi possível identificar a área geográfica representada. Os demais são ordenados pelas atuais regiões e, dentro de cada região, por capitânias.

Encontramos documentos cartográficos e iconográficos que tratam da defesa da costa, de aldeias, capitânias, cartas hidrográficas de rios amazônicos e paulistas, da localização de riquezas minerais, de aldeias e quilombos destruídos, de áreas hoje submersas por hidrelétricas, demarcação de fronteiras, fortificações, armazéns, igrejas e conventos, alfândegas, câmaras, casas dos contos, de governadores, prisões, cemitérios, quartéis, embarcações, hospitais e aquedutos.

Com uma descrição detalhada, informando sobre os tipos de tintas e processos de desenho, dá equivalência às escalas aplicadas aos documentos, estilo de ornamentação, marcas d'água, rosa dos rumos e permite-nos saber da existência de exemplares correlatos em outras instituições, como a Biblioteca Nacional, Mapoteca do Itamaraty e o Arquivo Histórico do Exército no Brasil, ou em instituições portuguesas. A autora enriquece o catálogo com notas sobre aspectos dos documentos, adiciona contribuições de diversos pesquisadores, atualiza topônimos, informa sobre a execução ou não de projetos, de obras de modificação de edifícios e palácios. Como exemplo disso, podemos citar o Palácio dos Vice-Reis da Bahia, sobre o qual conta a evolução histórica, desde uma construção de taipa, em 1549, ao que hoje é o Palácio Rio Branco, edifício que abriga a Fundação Cultural do Estado da Bahia e a Fundação Pedro Calmon.

Esse tipo de descrição, denominada por uns de “descrição erudita”, revela um profundo conhecimento multidisciplinar por parte do agente da descrição. Não só o conhecimento da norma de descrição, mas outras artes têm importância também, pois a datação se faz muitas vezes pela interpretação da técnica usada, pela constituição ou marcas dos suportes, pela aplicação de tintas ou modos de impressão. O estilo da grafia ou da ornamentação podem definir um autor ou uma escola. A preocupação com marcas no documento mostra a necessidade de se registrar tudo que pode levar a um reconhecimento de propriedade da obra, em caso de extravio ou roubo. Particularmente, um documento é citado quando sua descrição foi feita por intermédio de uma imagem de microfilme, já que a instituição o dá como desaparecido.

A ampla bibliografia especializada utilizada e os inúmeros pesquisadores diretamente consultados permitem-nos afirmar que a autora utilizou-se de um conhecimento seguro e

profundo, para enriquecer a descrição com detalhes e fatos históricos ligados diretamente aos documentos. Demonstra neste trabalho que a arte de construir um catálogo de documentos cartográficos, aliás qualquer instrumento de pesquisa, exige um indivíduo com diversos saberes. Permite que o pesquisador, com base nas inúmeras informações contidas nos registros catalográficos, avalie o documento para aplicação em seus estudos em função do contexto em que foi produzido, devido, repetimos, aos dados constantes na descrição pormenorizada.

Acompanha a obra um CD onde o catálogo está em formato digital, facilmente visualizado. Este CD possui também imagens digitais dos documentos, mas em função do espaço de armazenamento no disco as imagens estão em baixa resolução. Essa questão tecnológica não impede uma visualização geral das obras, contudo dificulta a leitura dos topônimos e textos. Isso não deve ser considerado um problema, pois encontramos de forma literal nos registros catalográficos, todos os textos e termos toponímicos. Essa prática na descrição mostra a qualidade da intenção da autora, de ser exaustiva no levantamento de dados contidos nos documentos.

Com uma tiragem de duzentos exemplares, os catálogos estão em processo de distribuição para diversas instituições. É um número pequeno, mas uma segunda tiragem está em projeto, com revisão de pequenos detalhes de formatação, o que não irá alterar a essência da obra, que contribui para o avanço do conhecimento de práticas, de técnicas e de ações gerenciais do colonizador português para a formação do Estado brasileiro.

Referências bibliográficas

ADONIAS, Isa. *Imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Odebrecht, 1993. Mapa.

GOMES, Camillo José Martins. Cartografar é preciso. *Jornal do Brasil*. 2. ed. 23 mar. 1999.

Recebido em 15/2/2013

Aprovado em 18/3/2013